

**HABEAS CORPUS Nº 542.952 - SC (2019/0326266-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
RONALDO FRANCISCO - SC036396  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JHONATAN CRISTHIAM MODESTO SOARES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de JHONATAN CRISTHIAM MODESTO SOARES, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado (fl. 124):

HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRÁTICA EM TESE DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS ENVOLVENDO ADOLESCENTE (ARTIGO 33, CAPUT, COMBINADO COM ARTIGO 40, INCISO VI, AMBOS DA LEI N. 11.343/2006). ALEGADA AUSÊNCIA DO PERICULUM LIBERTATIS. NÃO CABIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS FÁTICOS (ARTIGO 312 DO CPP) E INSTRUMENTAIS (ARTIGO 313, INCISO I, DO CPP). CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado como incuso no art. 33, *caput*, c/c o 40, VI, ambos da Lei 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem em que foi denegada a ordem.

Alega a defesa, em síntese, que inexiste fundamentação idônea para constrição cautelar.

Requer, por isso, a revogação da prisão ou a substituição por medidas alternativas.

A liminar foi deferida.

As informações foram prestadas.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela *denegação da ordem de habeas corpus*.

Na origem, o processo n. 0010496-60.2019.8.24.0008, foi determinada, no dia 15/10/2019, notificação para apresentação de defesa prévia, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis no *site* do Tribunal *a quo* em

27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a revogação da prisão ou a substituição por medidas alternativas, sob alegação de que inexistente fundamentação idônea para constrição cautelar.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da decisão que converteu a prisão em preventiva (fls. 40-42):

[...] "Cuido de auto de prisão em flagrante lavrado em desfavor de JHONATAN CRISTHIAN MODESTO SOARES, por infração, em tese, ao art. 33 e art. 40, VI ambos da Lei 11.346/03, tendo sido respeitadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis. A materialidade e autoria do delito estão evidenciadas através do Boletim de Ocorrência de fls. 02-03, auto de apreensão de fl. 05, laudo de constatação de fl. 07 e depoimentos dos policiais militares responsáveis pela condução do indiciado. (depoimentos em mídia anexos ao auto). Verifico que a pena máxima da imputação efetuada ao conduzido supera 4 (quatro) anos, de modo que a alteração operada no Código de Processo Penal pela Lei 11.403/11 permite a conversão do flagrante em prisão preventiva. Ressalto que os motivos que levaram os agentes policiais a efetuar a prisão em flagrante constituem prova suficiente da materialidade, havendo, ainda, fortes indícios de autoria. Aliado a isso, verifica-se que o conduzido foi surpreendido com quantidade significativa de entorpecente sendo 28 pedras de substância semelhante a crack. No caso em análise, seja pelo depoimento dos policiais militares e testemunhas anexos ao presente auto, bem como pelos objetos apreendidos com o conduzido que está incurso, ao menos em tese, no crime capitulado pelo art. 33 da Lei 11.343/2006, que assim dispõe: Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. O referido delito é de ação múltipla ou conteúdo variado, apresenta várias formas de violação da mesma proibição, e basta para a consumação a prática de uma das ações ali previstas, sem a necessidade de efetiva comprovação da mercancia. [...] Da mesma forma, incide ao caso, a causa de aumento de pena prevista no inciso VI do art. 40 da mesma lei, na medida em que o conduzido **foi surpreendido em ação conjunta com o menor Vinicius Rodrigo Dias.** [...] **No caso em questão, seja pela quantidade de entorpecente** encontrado bem como pelo depoimento das testemunhas e responsáveis pela condução do indiciado e materiais consigo

apreendidos, tenho por suficientes os indícios de autoria e materialidade delitiva. Atenta aos balizadores previstos no art. 312, caput, do CPP, destaco que a prisão do indiciado é necessária para assegurar a ordem pública, bem como ante a natureza do delito praticado (tráfico de entorpecentes). Nesse contexto, sabe-se que sempre que restarem presentes prova da materialidade e indícios de autoria, o juiz está autorizado a manter segregação cautelar, para, dentre outras finalidades, assegurar a garantia da ordem pública. [...] o fumus comissi delicti é demonstrado pelos indícios já apontados, enquanto o periculum libertatis é latente, especialmente diante do risco que a liberdade do conduzido representa para a ordem pública.[...] Sendo a segregação a medida recomendável para o caso em apreço, afirmo que, em respeito ao art. 310, II, do CPP, são insuficientes as demais medidas cautelares processuais vigentes.[...] HOMOLOGO o presente Auto de Prisão em Flagrante e CONVERTO a prisão em flagrante do conduzido JHONATAN CRISTHIAM MODESTO SOARES em prisão preventiva [...]

Como já adiantado no exame da liminar, ainda que no édito prisional cautelar tenha constado menção a participação de menor, para incidência da causa de aumento prevista no art. 40 da Lei 11.343/2006 e referência à quantidade de droga apreendida, como indicativo de materialidade delitiva, ao tratar dos requisitos e necessidade da custódia cautelar, não trouxe qualquer motivação concreta para a prisão, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente JHONATAN CRISTHIAM MODESTO SOARES, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, pelo juízo de primeiro grau, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator